

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.292 - MG (2019/0291778-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS - MG190306**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : JOAO GUILHERME SOUSA FERREIRA (PRESO)**  
**OUTRO NOME : JOAO GUILHERME SOUZA FERREIRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO GUILHERME SOUSA FERREIRA ou JOÃO GUILHERME SOUZA FERREIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante em 9/8/2019, convertido em preventiva, sendo denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 e 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98, na forma do art. 69 do Código Penal.

O impetrante argumenta, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

*In casu*, o Tribunal local não analisou a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, porquanto *não trouxe a defesa prova pré-constituída de suas alegações, uma vez que não cuidou de colacionar aos autos cópia de documentos necessários para a análise do pleito, tais como CAC, FAC, dentre outros* (fl. 35).

Logo, fica esta Corte impedida de se manifestar sobre o tema sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

